

## Educação do Campo e Memória Coletiva: Limites e Possibilidades das Escolas do Campo

Rural Education and Collective Memory: Limitations and Possibilities of Rural Schools

Cristina Xavier  
Ramofly Bicalho

113

**Resumo:** A investigação examina os limites e as possibilidades das Escolas do Campo como promotoras e mediadoras na construção das memórias coletivas dos movimentos camponeses. A problemática é a percepção da presença dessas memórias nas práticas pedagógicas. Objetivo geral: reconhecer nas práticas escolares a presença das memórias coletivas dos movimentos camponeses em Japeri/RJ. Objetivos específicos: conhecer as práticas educativas dessas escolas; conjecturar sobre os limites e as possibilidades dessas escolas como promotoras e mediadoras na construção das memórias coletivas; pensar a Educação do Campo como instrumento de construção das memórias coletivas. A investigação fundamenta-se na pesquisa quantitativa, agregando elementos das pesquisas bibliodocumentais e de história oral, produzida na perspectiva da observação participante. Teoricamente dialoga com Paulo Freire e Pierre Bourdieu. A pesquisa constatou que há dificuldades em promover ações pedagógicas que remetam à memória dos movimentos camponeses decorrentes da ausência do conhecimento sobre os conflitos pela posse da terra em décadas passadas. Nesse contexto confirma-se a importância da Educação do Campo como instrumento de construção das memórias coletivas.

**Palavras-chave:** Educação do Campo. Memória Coletiva. Movimentos Sociais. Japeri.

**Abstract:** The investigation examines the limits and possibilities of the Schools of the Countryside as promoters and mediators in the construction of collective memories of the peasant movements. The problem is the perception of the presence of these memories in pedagogical practices. General objective: to recognize in school practices the presence of collective memories of peasant movements in Japeri / RJ. Specific objectives: to know the educational practices of these schools; conjecture about the limits and possibilities of these schools as promoters and mediators in the construction of collective memories; think of Rural Education as an instrument for building collective memories. The investigation is based on quantitative research, aggregating elements of bibliographic and oral history research, produced from the perspective of participant observation. Theoretically dialogues with Paulo Freire and Pierre Bourdieu. The research found that there are difficulties in promoting pedagogical actions that refer to the memory of peasant movements resulting from the lack of knowledge about conflicts over land tenure in past decades. In this context, the importance of Rural Education as an instrument for the construction of collective memories is confirmed.

**Keywords:** Rural Education. Collective Memory. Social movements. Japeri.



## Introdução

O presente artigo tem como foco examinar os limites e as possibilidades das Escolas do Campo de Japeri<sup>1</sup> como promotoras e mediadoras na construção das memórias coletivas possíveis sobre os movimentos camponeses ocorridos entre as décadas de 1940 e 1970 nesse município, tendo como problemática a percepção da presença das memórias desses movimentos sociais<sup>2</sup> nas práticas pedagógicas cotidianas.

Propõe também pensar a Educação do Campo como instrumento viável dessa construção e, de forma especial, das memórias coletivas relacionadas ao movimento de luta pela terra dos lavradores<sup>3</sup> de Santo Antônio, bairro pertencente aquele município fluminense.

Para tal desafio, o objetivo geral é reconhecer nas práticas escolares cotidianas a presença das memórias coletivas dos movimentos camponeses no município. Como objetivos específicos, almeja-se: conhecer as práticas educativas cotidianas desenvolvidas pelas escolas municipais rurais, percebendo a presença das memórias coletivas dos movimentos camponeses; conjecturar sobre os limites e as possibilidades dessas escolas como promotoras e mediadoras na construção das memórias coletivas possíveis sobre esses movimentos e pensar a Educação do Campo como possibilidade de construção das memórias coletivas.

O desenvolvimento da discussão é composto por três tópicos. Na primeiro – As escolas municipais rurais e suas práticas pedagógicas cotidianas - a ênfase é inteirar-se sobre as práticas escolares desenvolvidas no dia a dia, escudadas

---

<sup>1</sup> Japeri é um município pertencente ao estado do Rio de Janeiro, situado na região metropolitana.

<sup>2</sup> Como movimento camponês, nessa pesquisa adota-se a noção teórica de Gohn (1997, p. 251; 2014, p. 13), para movimentos sociais: “ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil”. Vide: GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997. e GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

<sup>3</sup> Nessa pesquisa os termos lavradores e camponeses tem a mesma conotação, sendo entendidos como aqueles cuja produção de condições de existência se dá a partir do uso da terra, havendo o envolvimento dos membros da família na plantação e criação pastoril, mantendo-se relação com o mercado através da comercialização de seus excedentes.



nas concepções educativas de Pierre Bourdieu (1992) e de Paulo Freire (1979); (1998).

No segundo ponto - Limites e possibilidades das escolas municipais rurais na construção das memórias coletivas dos movimentos camponeses -, especula-se sobre o papel e os desafios das escolas de Japeri, mediada pelas ações do governo municipal e pelos trabalhos realizados pelos docentes dessas escolas.

Por fim, no terceiro tópico - Educação do Campo: instrumento possível na construção das memórias coletivas camponesas - reflete-se sobre a educação do campo como um instrumento possível na construção da memória dos lavradores, a partir da fundamentação teórica baseada em Arroyo e Mançano (1999); Molina (2006) e Souza (2012).

### **Metodologia da Pesquisa**

A investigação fundamenta-se na pesquisa de caráter quantitativo, agregando elementos das pesquisas bibliodocumentais e de história oral, desenvolvida metodologicamente na perspectiva da observação participante. Seu arcabouço teórico geral para as análises empreendidas dialoga com Paulo Freire e Pierre Bourdieu.

Como estratégias metodológicas, foram adotadas: a pesquisa bibliográfica; os relatos orais como instrumentos de conhecimento e de compreensão sobre os movimentos de luta pela terra em Japeri/RJ; a análise documental envolvendo o Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Santo Antônio, locus empírico da investigação; a realização de entrevistas abertas, estruturadas e semiestruturadas que contemplaram as equipes diretiva e pedagógica e os corpos docente e discente da unidade escolar pesquisada.

Procedeu-se a coleta e análise de dados estatísticos de instituições oficiais sobre a educação deste município e para a retenção dos dados obtidos, foram utilizados os seguintes recursos: caderno de campo, gravador de áudio e máquina fotográfica.



## As escolas municipais rurais e suas práticas pedagógicas cotidianas

Nesse tópico a ênfase é conhecer as práticas escolares desenvolvidas cotidianamente nas escolas rurais, fundamentada nas concepções educativas de Paulo Freire e Pierre Bourdieu, tendo como referência a Escola Municipal Santo Antônio situada no bairro de mesmo nome e lócus empírico da pesquisa, que chamaremos aqui de EMSA.

Para Paulo Freire (1979; 1998), a educação não se limita tão somente ao contexto escolar indo além através do diálogo com as relações sociais que se estabelecem na sociedade.

Freire (1998) acreditava numa prática educativo-crítica na qual as condições de genuína aprendizagem fazem com que os educandos se transformem ao longo do processo em sujeitos concretos da construção e da reconstrução do saber ministrado, assumindo-se como ser social e histórico junto ao educador, este que é também sujeito do processo de conhecimento.

Partindo de outra vertente sobre Educação, Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1992) evidenciaram em seus estudos que a escola, longe de ser neutra e de oferecer uma real igualdade de chances, contribui na reprodução e na legitimação da hierarquia social ao disseminar, de maneira diferenciada, determinados conhecimentos. Segundo os autores, de todas as funções ideológicas do sistema escolar, o da legitimação da ordem social é a mais disfarçada.

Propondo conhecer as ações pedagógicas cotidianas da EMSA, faremos a seguir uma apresentação a partir das informações colhidas no trabalho de campo durante o ano letivo de 2018.

A primeira escola em Santo Antônio estava ligada ao Plano Agrário<sup>4</sup> do Governo de Roberto Silveira e foi implantada por volta de 1959/1960. Sabe-se pelos relatos que ela funcionava num imóvel precário com turmas multisseriadas nos turnos da manhã e tarde e que foi fechada no ano de 1972 devido, dentre outras coisas, a extinção da Estrada de Ferro Rio d'Ouro (EFRD) - que dificultou

---

<sup>4</sup> Dentro dos princípios do Plano Agrário (PA), alguém ou instituição cedia o terreno e/ou o prédio e mobiliário, ficando os governos municipal e estadual responsáveis por enviar e pagar os professores.



e, até mesmo impossibilitou, o acesso dos professores à região - e por disputas políticas ligadas aos governos pós-1964<sup>5</sup>.

Por volta de 1993 a prefeitura de Japeri<sup>6</sup>, após mobilização dos moradores de Santo Antônio e adjacências, alugou um espaço com o objetivo de estabelecer a atual Escola Municipal Santo Antônio. Legalmente, conforme consta no seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), foi criada através da Lei 715/1999. Posteriormente, o município adquiriu o espaço e realizou obras de ampliação e adaptação, sendo a última em 2014.

Classificada como escola rural, ela situa-se em uma localidade afastada do centro urbano, gerando dificuldades que acarretam numa considerável transferência das famílias para outras regiões, dificultando não somente o desenvolvimento das ações pedagógicas como também a perda de alunos, uma vez que a maioria do alunado mora em áreas distantes da EMSA (Km 56, Rio d'Ouro, Olaria, Adrianópolis, Jardim Cachoeira e São Judas, bairros situados nos municípios de Japeri e Nova Iguaçu).

Por conta disso, o transporte escolar, que é compartilhado com a Escola Municipal Rio d'Ouro também situada na região, é vital para a vida da escola, pois o serviço de transportes públicos da região é precário e caro e não atende alguns bairros onde moram muitos alunos. Sem ele, além das aulas, as reuniões com os responsáveis, as festas e as comemorações na escola dificilmente aconteceriam.

A estrutura física da EMSA é pequena e contempla quatro salas de aula climatizadas além das utilizadas pela equipe gestora e a de informática que, embora equipada, não funciona por falta, ironicamente, das redes de telefonia

---

<sup>5</sup> Outras estratégias que teriam sido utilizadas para erradicar as lutas camponesas foram o fechamento de quatro escolas rurais, das cinco existentes, na região entre Pedra Lisa (que abarcava Pedra Lisa, Jaceruba, 56 e Santo Antônio) e Rio d'Ouro que funcionavam nos moldes do PA de Roberto Silveira, e a construção e centralização da vida escolar nas Escolas Estaduais de Jaceruba e de Rio d'Ouro em 1974, passando o controle efetivo do ensino para a esfera estadual, onde o governante era um interventor nomeado pelo regime militar.

<sup>6</sup> Importante lembrar que o município de Japeri pertencia à Nova Iguaçu de quem se emancipou em 30/06/1991, sendo a sua instalação em 1º/01/1993.



fixa e móvel<sup>7</sup> e de funcionários habilitados; porém, ela é ocupada como sala de leitura.

Possui ainda dispensa para armazenamento da merenda e refeitório; dois banheiros para os alunos que são adaptados para atendimento à pessoa com necessidades especiais e um para os funcionários.

O pátio coberto é pequeno e com piso cimentado tendo alguns brinquedos de uso coletivo pelos alunos e são utilizados para a realização de festas, exposições, reuniões de pais e responsáveis, etc.

Das informações acima, percebe-se que a EMSA apresenta o perfil de escola rural apontados por diversos estudos, dentre eles os de Arroyo e Mançano (1999) e de Souza (2012), tais como: estrutura física que carece de melhor adequação ao ambiente em que ela se insere; dificuldade de locomoção até a escola tanto por parte do alunado, dos professores e demais funcionários como também dos responsáveis dos alunos, o que acarreta a dependência do transporte escolar que na maioria dos casos assume as funções de transporte público; a precariedade (muitas vezes ausência) de meios tecnológicos de comunicação que impedem a comunidade escolar de vivenciar outros instrumentos de conhecimento; a vulnerabilidade diante dos interesses dos poderes políticos instituídos.

O PPP/2018 apresentado constava como sendo o “resultado de discussões e contribuições de toda a comunidade escolar”, sendo seu objetivo “buscar, ao educar, o conhecimento necessário à vida, a prática pedagógica eficaz, para que possamos atender aos educandos que chegam cheios de sonhos e veem na escola o local perfeito para atingir seus ideais”. (p. 3).

Ainda em seu PPP/2018, a escola cita o artigo 5º da Resolução CNE/CEB 1/2002 que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no que se refere à “proposta pedagógica que crie condições para a construção de identidades”. (p.9).

Analisando o PPP/2018 percebe-se que, embora haja informações de uma construção coletiva e de que se pauta pelas diretrizes para as escolas do

---

<sup>7</sup> A região não é atendida pelas empresas de telefonia fixa e móvel sob a alegação de que não há número suficiente de assinantes, tornando a prestação desses serviços economicamente inviável.



campo, nas visitas realizadas observou-se claramente os obstáculos à implantação dos referenciais da Educação do Campo, a despeito dos esforços empregados pela equipe escolar.

Pelo fato da unidade atender a Educação Infantil - Pré-Escolar (EI/PE) e os Anos Iniciais / Ensino Fundamental (AI/EF) do 1º ao 3º ano, o seu alunado era composto por crianças cujas idades variavam dos quatro aos nove anos. No ano de 2018 havia 95 alunos matriculados, sendo 30 da EI/PE e 65 dos AI/EF. Existiam duas turmas de EI/PE; uma de 1º e uma de 2º anos, e duas de 3º ano dos AI/EF<sup>8</sup>.

O corpo docente compunha-se de seis professores regentes de turma, sendo um licenciado por motivos de saúde. Um era do sexo masculino e os demais do sexo feminino. Dois deles são pesquisadores sobre a história da região com bom conhecimento sobre a mesma. O tempo médio em que os professores estavam alocados na EMSA era de dois anos e meio, tempo que consideramos razoável para os docentes terem contato com a história do lugar.

Como parte deles trabalhava em outras escolas e não residia em bairros próximos, a relação com a unidade escolar no sentido de ter tempo disponível para conhecer a sua história, conhecer a região onde ela se localiza e seus moradores, ficava sensivelmente prejudicada.

A equipe gestora era formada por uma gestora geral e uma subgestora; uma orientadora pedagógica; uma auxiliar de secretaria, dois dirigentes de turno e duas auxiliares de sala de leitura. As gestoras tinham cinco anos na unidade escolar. Os demais membros da equipe estavam na EMSA desde a sua fundação em 1993 e alguns em vias de se aposentarem. Professores e gestores tinham, em média, vinte anos de magistério e estavam numa faixa etária entre 36 e 55 anos.

Os docentes regentes de turma e os componentes da equipe diretiva, em sua maioria, possuíam nível de formação superior, alguns com pós-graduação *stricto e latu sensu*. Dois participaram do curso de formação em Educação do Campo do Programa Escola Ativa (MEC/UFRRJ) entre os anos de 2009 / 2011

---

<sup>8</sup> Dados do Censo Escolar Anual – QEduc. Disponível em: <https://www.qedu.org.br>. Acesso em: 22 jul.2019.



e um no Programa Escola da Terra, ofertado nos anos de 2018 / 2019. Todos eram servidores públicos concursados.

Dos relatos acima, destacamos duas informações. Uma se refere à questão dos docentes morarem longe da unidade escolar dificultando um olhar mais profundo dos mesmos sobre o lugar em que ela se insere, acarretando uma lacuna em suas práticas pedagógicas que deveriam conectar-se a realidade do seu entorno.

A segunda diz respeito à formação desses docentes que foge, ainda hoje, do padrão da maioria das escolas do campo, pois boa parte deles possui ensino superior, inclusive mestrado.

Completando o quadro funcional, a unidade escolar contava com uma merendeira e dois auxiliares de serviços gerais, sendo dois contratados e um servidor concursado.

A EMSA dispunha de recursos pedagógicos, dentre eles, um pátio coberto com alguns aparelhos para a recreação dos alunos; aparelho de televisão, projetor de imagem e computador (sem o uso da internet), lápis de cor, tintas guache, papéis, tesouras escolares, colas etc.

Em termos de livros didáticos, os do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – triênio 2016/2018 específicos para a Educação do Campo, da Coleção Campo Aberto – Editora Global, estavam sendo utilizados pelas turmas de 1º, 2º e 3º anos.

A exposição acima traçou um perfil da EMSA, que nos ajudará a conhecer as práticas escolares desenvolvidas cotidianamente nas escolas rurais, auxiliando-nos a responder ao objetivo geral proposto que é perceber nessas práticas a presença das memórias coletivas dos movimentos camponeses no município de Japeri.

Um dos procedimentos que nos chamou a atenção foi o cultivo de uma pequena horta em um caixote de madeira, provavelmente uma embalagem reutilizada de algum produto da merenda escolar, driblando as barreiras impostas pelo piso cimentado, que dificulta o desenvolvimento desse tipo de atividade.



Segundo os professores, a presença da horta tinha como objetivo despertar o olhar das comunidades escolar e externa para o entorno da EMSA que é serpenteado pela Reserva Biológica do Tinguá, por áreas de plantio e criação de gado.

Como alguns desses docentes conhecem a história do lugar, a existência da pequena horta pretendia provocar a memória dos moradores mais antigos para um tempo em que a região era criadora de gado e produtora de hortifrúteis e leite que eram vendidos na região e na Capital Federal. Essa lembrança remeteria as agitações dos lavradores e dos movimentos de luta pela terra ocorridos entre os anos de 1940 e 1970.

Outra atividade extracurricular interessante foi a realizada por um docente com alunos de algumas turmas e que consistiu ensiná-los a cozinhar (que por motivos de segurança eram acompanhados por outros professores) utilizando algum produto da região, como por exemplo, a banana.

Na verdade, essa ação objetivou estimulá-los a conhecer os gêneros alimentícios ali produzidos e, dessa forma, valorizar tanto os produtos quanto o trabalho dos lavradores. Mas não somente isso. A atividade pretendia fazer com que os alunos comentassem com seus familiares sobre o que aprenderam sobre os produtos da região, provocando naqueles as lembranças de um tempo em que havia uma grande produção de alimentos.

Em alguns momentos verificou-se uma roda de conversa com os alunos onde cada um era incentivado a falar sobre o que tinha aprendido sobre a região através dos seus pais, avós, vizinhos e mesmo deles próprios mediante o convívio diário no bairro em que moravam.

Havia também um morador do lugar muito ativo, ex-funcionário da escola, e que conhecia bastante a região e conversava com as crianças contando histórias do lugar.

Embora as atividades listadas acima pareçam de pouca importância, elas vão ao encontro daquilo que Paulo Freire acreditava: que aprendemos enquanto ensinamos e que ensinamos enquanto aprendemos e que a educação não se limita tão somente ao contexto escolar. O aprendizado está onde a humanidade está.



Mas, como também observaram Bourdieu e Passeron, a EMSA, como parte integrante do sistema educacional brasileiro, é um instrumento para promoção e legitimação da cultura dominante, através da desvalorização do saber dito popular e dos apagamentos das memórias que nesse caso diz respeito àquelas ligadas aos movimentos de luta pela na região de Japeri em um tempo passado.

### **Limites e possibilidades das escolas municipais rurais na construção das memórias coletivas dos movimentos camponeses**

Nesse tópico o desafio será investigar os limites e as possibilidades das escolas do campo como promotoras e mediadoras na construção das memórias coletivas possíveis sobre os movimentos camponeses.

De acordo com a Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) / Câmara de Educação Básica (CEB) nº 1/2002 (BRASIL, 2012, p. 33), que instituiu as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, “a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros.”

Ancorados nessa resolução, compreendemos que as pesquisas sobre Escolas do Campo não devem perder de vista a construção das memórias coletivas das comunidades onde elas se localizam, pois são as memórias a pedra fundamental sobre a qual ergue-se a Educação do Campo tal como preceitua, como vimos, a resolução CNE/CEB nº 1/2002, e cujas bases foram as propostas concebidas coletivamente pelos movimentos sociais de luta pela terra (Souza, 2012).

Sendo assim, iniciaremos esse tópico com uma breve exposição histórica desses movimentos na região onde a EMSA se localiza, pois julgamos ser ela necessária para entender a problemática aventada nesse artigo.

Para tal, visto serem os movimentos de luta pela terra<sup>9</sup> um assunto muito amplo para os objetivos aqui propostos, apresentar-se-á uma memória coletiva

---

<sup>9</sup> A luta dos camponeses fluminenses pela terra é um assunto extenso que não cabe nesse espaço de investigação. Para a melhor compreensão, consultar os seguintes trabalhos: GRZYNSZPAN, Mario. **Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de**



possível sobre a luta empreendida pelos lavradores de Santo Antônio, bairro onde se localiza a EMSA, lócus da investigação.

As terras em que esse bairro se situa, pertenceram a Fazenda Santo Antônio do Mato que fazia parte da sesmaria doada a Inácio Dias Velho, filho de Garcia Rodrigues Paes, e integrava a Freguesia de Sacra Família do Caminho Novo de Tinguá. Com a morte de Inácio, parte das terras passou a pertencer ao seu herdeiro e sobrinho Pedro Dias Paes Leme, Marquês de São João Marcos.

Tal como nos relatos do século XVIII, que dão conta de que a região produzia gêneros alimentícios que abasteciam a Corte, as narrativas e manchetes de meados do século XX, também destacavam que a mesma era um importante centro fornecedor de gêneros alimentícios, os quais seguiam de trem pela extinta Estrada de Ferro Rio d'Ouro (EFRD) em direção ao Rio de Janeiro, abastecendo as feiras ao longo do seu percurso – de Vila de Cava, bairro de Nova Iguaçu, até Vieira Fazenda, atual bairro de Jacarezinho, no Rio de Janeiro.

Destacamos o relato do Narrador A<sup>10</sup> que faz-nos saber como era realizado o transporte e a venda dos produtos agrícolas da região:

Quando tinha o trenzinho ... quando encostava o cargueiro aos sábado ... quando nois tinha menos ... tinha duzentos volume pra botar dentro do trenzinho ... os sacos né ... embarcava aquilo tudo ... de noite ... de manhã cedo [riso] domingo ... tava todo mundo nas feira ... aqui nessa linha [refere-se a EFRD] daqui a vieira fazenda ... essa era jacarezinho né ... ficava nada ... era uma coisa forte isso aqui ... uma maravilha ... plantando aipinho ... banana ..... laranja ... quiabo ... tinha jiló ..... era muita coisa ... (informação verbal).

**Janeiro (1950-1964).** 1987. 392p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRJ, Rio de Janeiro, 2 v. Disponível em: <[http://nmspp.net.br/arquivos/para\\_leitura/conflitos\\_no\\_campo\\_no\\_rj/Mobilizacao%20camponeisa%20e%20competicao%20politica%20no%20estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%201950-1964.pdf](http://nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/conflitos_no_campo_no_rj/Mobilizacao%20camponeisa%20e%20competicao%20politica%20no%20estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%201950-1964.pdf)>. Acesso em: 03 abr. 2017. MEDEIROS, Leonilde Sérvolo. (Coord.) **Conflitos por terra e repressão no campo no Estado do Rio de Janeiro (1946-1988)**. Relatório final. Disponível em <[http://www.nmspp.net.br/arquivos/para\\_leitura/camponeses\\_e\\_ditadura/Conflitos%20por%20Terra%20e%20Repressao%20no%20Campo%20no%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20-%201946-1988.pdf](http://www.nmspp.net.br/arquivos/para_leitura/camponeses_e_ditadura/Conflitos%20por%20Terra%20e%20Repressao%20no%20Campo%20no%20Estado%20do%20Rio%20de%20Janeiro%20-%201946-1988.pdf)>. Acesso em 18 nov. 2017. PUREZA, José. **Memória Camponesa**. Organizado por Eliane Cantarino O'Dwyer. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

<sup>10</sup> Por residirem na região com seus familiares, optamos por não identificar os narradores pelos seus nomes, preservando-lhes a identidade. O Narrador A concedeu entrevista ao senhor J.P. em 18/01/2001, que nos cedeu e autorizou, gentilmente, o material para fins de pesquisa em 18 de março de 2019, sendo transcrita em 25 de abril de 2019.



Em seu depoimento, o Narrador B<sup>11</sup> corrobora, dizendo que:

O pessoal colocava na estaçõzinha de Santo Antônio... eles colocava os caixotes de banana tudo ali ... aí o trenzinho parava ali ... ficava quaies uma hora enchendo ... banana ... aipim ... tinha muita laranja também ... discia o trem ... discia cheio ... o cargueiro ... aí saltava tudo na feira de Areia Branca ... Jacarezinho... Belford Roxo... Vicente de Carvalho... Eles mandava um cargueiro só pra escoar a mercadoria... tinha dois ... três vagão ... tinha estação que ficava meia hora ... quarenta minutos ... até uma hora colocando caixa pra dentro ... (informação verbal).

124

Pelos relatos acima, fica claro que os lavradores produziam uma gama diversificada de gêneros alimentícios em quantidades significativas que abasteciam os bairros situados ao longo da via férrea na região do outrora município de Nova Iguaçu, alcançando o subúrbio da então Capital Federal por onde a estrada de ferro passava, como o atual Jacarezinho próximo a área central da capital onde os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário da República do Brasil estavam instalados.

A matéria publicada pelo jornal *Imprensa Popular* no dia 30 de julho de 1954, página 5, nos dá a dimensão da importância da luta desses lavradores, que vinham sofrendo ataques de grileiros e pretensos proprietários das terras, e de seu papel no que diz respeito ao fornecimento de produtos alimentícios para a Capital Federal:

Pedra Lisa<sup>12</sup> abastece diariamente o Distrito Federal de frutas e legumes e se não for posto um imediato paradeiro ao avanço do grilo, a capital sofrerá novo baque no seu abastecimento. Cerca de 600 posseiros detêm as terras dessa região há mais de 30 anos, terras que tradicionalmente pertencem à União e ninguém tem escrituras ou documentos de domínio sobre as mesmas.

---

<sup>11</sup> O Narrador B concedeu-nos entrevista e autorizou, gentilmente, o uso do material para fins de pesquisa em 19 de novembro de 2018, sendo transcrita em 02 de março de 2019.

<sup>12</sup> Cabe destacar que Pedra Lisa, no contexto das lutas camponesas entre as décadas de 1940 e 1970, era identificada como uma região que abrangia, politicamente falando, os atuais bairros de Pedra Lisa, Jaceruba, Limeira e Santo Antônio. Sua Associação de Lavradores exercia grande influência sobre esses camponeses, embora as Associações das demais regiões fossem autônomas, conforme percebemos nas falas de alguns narradores ao longo da pesquisa.



A reportagem destaca que havia um número significativo de posseiros que estavam na região há muitos anos e que as terras pertencentes ao Estado estavam sendo disputadas por grileiros<sup>13</sup> de forma violenta.

Outra informação evidencia que havia o temor de um novo desabastecimento de gêneros alimentícios na Capital Federal devido ao fato de que os conflitos entre posseiros e grileiros afetariam gravemente o cultivo agrícola na região.

Portanto, esses relatos exemplificam e nos dão a dimensão da importância das lutas travadas pela terra e da produção agrícola da região para o abastecimento da cidade do Rio de Janeiro, que na época dos movimentos camponeses era a capital do Brasil e de forma especial, em Santo Antônio.

Relevante também para a construção das memórias coletivas dos movimentos camponeses em Japeri, são os relatos de Bráulio Rodrigues da Silva (2008), importantíssimo ativista dos movimentos fluminenses de luta pela terra, em especial Japeri, através da Associação dos Lavradores e Posseiros de Pedra Lisa, da qual foi presidente.

Esses relatos, confirmados com outras fontes, revelam que os camponeses do bairro de Santo Antônio foram alvo de intensas disputas pela terra e pelo domínio político sobre eles.

Competiam entre si: a Federação das Associações dos Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FALERJ), com fortes vínculos com o Partido Comunista Brasileiro (PCB); forças políticas ligadas ao então governador Roberto Silveira (1959/1961) do Partido Social Democrata (PSD), por meio da Federação de Lavradores do Estado do Rio de Janeiro (FLERJ) e a Federação dos Círculos Operários Fluminenses (FCOF) sob a figura do Padre Carvalho, fortemente influenciada pela Igreja Católica.

Observando os conflitos das décadas de 1940/1970 e pensando nos interesses envolvidos, veremos que o que estava em jogo não era somente a

---

<sup>13</sup> A Companhia Fazendas Reunidas Normandia, cujos sócios majoritários eram os irmãos Guinle, era proprietária de vastas áreas na região de Nova Iguaçu e, por vezes, invadiam terras públicas para aumentar o seu domínio territorial, servindo-se de falsos grileiros que atuavam como verdadeiros capangas da empresa, intimidando os lavradores.



questão da posse da terra. Era também uma disputa de projetos políticos e econômicos de ocupação dessas terras.

Do ponto de vista socioeconômico, tratava-se de uma disputa pela hegemonia de projetos de ocupação territorial da região completamente opostos. Grileiros e proprietários das mais diversas origens (empresários, políticos, delegados, militares, fazendeiros, dentre outros) propunham ótimas terras para a exploração de grandes indústrias, sítios, granjas e fazendas de criação, considerando-as como um bem especulativo e de *status* de poder (aliás, como o é desde a colonização até os dias atuais).

O Governo Federal era um grande ausente em suas terras e, quando presente, os seus projetos se atrelavam aos interesses do capital privado, como no caso das obras de saneamento ocorridas nas décadas de 1919 e 1930, com o objetivo de drenar e tornar as terras alagadiças e insalubres da região em áreas propícias as atividades agropastoris e aos loteamentos privados.

Apesar do grande e importante complexo público de captação de água (represas e adutoras) para o abastecimento da Capital Federal<sup>14</sup>, havia uma percepção de que as terras devolutas estavam abandonadas, dando a sensação de que as mesmas encontravam-se disponíveis para a ocupação de terceiros.

Para os posseiros e os lavradores, a terra significava a sua vida, a sua morada e o seu sustento. Seu uso e sua ocupação destinavam-se para o viver e o produzir para assegurar a sua sobrevivência.

Na vertente política, as disputas travadas entre o PCB, o governador Roberto Silveira e a Igreja Católica - através da FALERJ, da FLERJ e da FCOF, respectivamente – evidenciaram as visões e os projetos dos mesmos para o campesinato fluminense. O PCB propunha o confisco das grandes propriedades latifundiárias sem indenização e a entrega das terras aos camponeses, confrontando com o projeto da classe dominante brasileira fundamentado no latifúndio agropecuário-exportador.

---

<sup>14</sup> Para a realização dessas obras em 1876, o então Governo Imperial adquiriu e promoveu diversas desapropriações de vastas extensões de terra dentre elas, as áreas dos herdeiros do Marquês de São João Marcos, incluindo Pedra Lisa e as Fazendas de Limeira e Santo Antônio do Mato. Parte dessas terras será desapropriada pelo Governo Estadual através do Decreto nº 6.081 de 23/06/1958.



Roberto Silveira pavimentava a sua estrada rumo à presidência da República cooptando os lavradores fluminenses via FLERJ. O seu carro-chefe era o Plano Agrário que atuava como um interlocutor entre os camponeses e os proprietários (devidamente documentos ou não), ficando claro que esse projeto buscava evitar os enfrentamentos oriundos das desigualdades seculares impostas à sociedade brasileira, camuflando-os num falso pacto entre lavradores e donos de terras.

A Igreja Católica foi outro agente político na disputa como representante dos camponeses, atuando através da FCOF com o objetivo de afastar tanto trabalhadores urbanos quanto os camponeses da influência, principalmente, do PCB. Também visava resgatar e ampliar o seu poder como instituição, firmando-se como um interlocutor junto ao Estado e mediador relevante na relação capital-trabalho, cujo posicionamento conservador e vinculado aos grandes proprietários de terras, não objetivava a mudança na estrutura agrária brasileira, mudança essa reivindicada e promovida pelos camponeses.

Os ventos que sopraram sobre o Brasil pós-1964, infligiram à região e aos seus lavradores uma intensa e brutal repressão, sendo utilizadas diversas estratégias de *apagamento* dos movimentos de luta pela terra e de suas memórias.

No caso de Santo Antônio, elas se materializaram na extinção da EFRD (1970) que, como vimos nos relatos, era praticamente a única forma de escoamento da produção campesina, e no fechamento da primeira Escola Municipal de Santo Antônio (1972), cuja criação se deu no bojo das políticas agrárias do Governo de Roberto Silveira (1959/1961).

Após conhecermos brevemente os movimentos campesinos, passaremos a conjecturar sobre os limites e as possibilidades das escolas do campo de Japeri/RJ, em especial a EMSA, como promotoras e mediadoras na construção das memórias coletivas possíveis sobre esses movimentos.

Trabalhar na construção de memórias coletivas possíveis - os termos no plural significam a não existência de uma memória, pois, mesmo individualmente, nossa memória é composta pelas memórias de outras pessoas - requer sensibilidade porque, para se tornarem memórias coletivas, nossas



lembranças terão de ser reveladas e socializadas, tornando-se fatos sociais. (BOSI, 2003; PORTELLI, 2016).

Em suas análises sobre memória e identidade social, Pollack (1992, p. 203) argumenta que “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Portanto, sendo a memória individual seletiva, ela grava, exclui, lembra, esquece, reprime, rebela. Desse modo, pode-se dizer que memória se constrói.

Após a rápida exposição sobre memórias coletivas, falemos sobre os limites e as possibilidades de sua construção mediante o exemplo das ações empreendidas pela SEMED/Japeri<sup>15</sup> e pela EMSA, lócus da pesquisa.

Sabendo-se das dificuldades enfrentadas pelas escolas do campo, cabe a pergunta: é possível elas atuarem como promotoras e mediadoras na construção das memórias coletivas sobre os movimentos camponeses ocorridos no município? A resposta é sim.

A princípio, avaliamos que são necessárias ações internas ligadas as informações do que é uma escola do campo, suas especificidades e bases legais. Para tanto, é preciso que os docentes recebam formação específica para atuarem em escolas do campo.

Avançando, é necessário por parte dos docentes um exame dos seguintes quesitos: de que forma o PPP e as práticas pedagógicas estão atrelados à realidade dos alunos como preceitua a LDB para as escolas rurais<sup>16</sup>? Os mesmos percebem e conhecem o entorno da escola? Conhecem a história da escola e da região onde ela se situa?

---

<sup>15</sup> A rede de educação pública municipal possuía, segundo dados da SEMED (Secretaria Municipal de Educação) e do Censo Escolar de 2018, 33 escolas atendendo aos segmentos da Educação Infantil até o Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, com um total de 14.663 matrículas. Desses totais, 07 eram escolas rurais acolhendo 1.081 alunos da Educação Infantil até o Ensino Fundamental. Fonte: QEduc. Disponível em: [https://www.qedu.org.br/cidade/2768-japeri/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education\\_stage=0&item=](https://www.qedu.org.br/cidade/2768-japeri/censo-escolar?year=2018&dependence=0&localization=0&education_stage=0&item=). Acesso em 11 de jul. 2019.

<sup>16</sup> A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996 em seu artigo 28, que trata do ensino básico voltado aos povos camponeses, preceitua que “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região” (BRASIL, 2017, p. 39).



Respondidos esses quesitos, é necessário analisar: o PPP dessas escolas contempla as memórias das lutas dos lavradores? Existem materiais escritos, publicações ou relatos escritos/gravados dessas memórias?

Feita a avaliação dos quesitos acima expostos, cabe uma pergunta: como docente eu quero e posso atuar como promotor e mediador na construção das memórias coletivas sobre os movimentos dos lavradores da região onde a escola está situada? O que e como devo fazer?

Ao observar e analisar os dados e as informações obtidos através do trabalho de campo realizado na EMSA em 2018, pode-se considerar que parte das inferências sobre os limites e as possibilidades das escolas do campo de Japeri/RJ, em especial a EMSA, como promotoras e mediadoras na construção das memórias coletivas possíveis sobre esses movimentos já foram realizadas e, porque não dizer, de forma muito satisfatória se levarmos em consideração as dificuldades encontradas.

Com relação às ações ligadas a percepção do que é uma escola do campo, suas especificidades, bases legais e formação docente para a Educação do Campo, desde o ano de 2009 o governo municipal vem efetivando uma série de atos com o objetivo de aproximar as suas escolas rurais dos princípios que norteiam a Educação do Campo, dentre elas o Programa Escola Ativa<sup>17</sup> em que participaram 03 docentes da EMSA, entre os anos de 2009-2011.

Entre os anos de 2018/2019 alguns docentes que atuavam em escolas rurais, inclusive os da EMSA, participaram do Programa Escola da Terra<sup>18</sup>, que teve como finalidade promover a formação continuada dos docentes que atuam em Escolas do Campo de forma repercutir numa melhora nas condições de acesso, permanência e aprendizagem dos alunos dessas escolas.

No tocante ao exame dos quesitos sobre o atrelamento do PPP e das práticas pedagógicas à realidade dos alunos como preceitua a LDB para as escolas rurais por parte dos docentes, pode-se dizer que há um esforço coletivo no sentido de conhecer e reconhecer as escolas situadas em áreas rurais como

---

<sup>17</sup> Programa oferecido pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e realizado em parceria com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), para alguns municípios do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> Programa oferecido pelo Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Continuada e empreendida em conjunto com a UFRRJ.



escolas do campo e, mediante isso, promover a mudança nas práticas pedagógicas de forma a se aproximar da realidade e das peculiaridades da vida nessas regiões.

No que diz respeito à EMSA, lócus da pesquisa, tanto gestores quanto docentes reconheceram que a escola precisa de práticas pedagógicas voltadas à realidade do lugar em que está inserida e a dos alunos. Exemplos disso, são a adoção de livros didáticos específicos para a Educação do Campo e a pequena horta plantada numa caixa de madeira reutilizada já que o pátio é cimentado.

Sabemos que as mudanças necessárias são feitas de forma muito lenta e que os frutos são colhidos cotidianamente e em pequenas proporções. Porém, o mais importante é que passos têm sido dados em direção a uma genuína Educação do Campo pela comunidade escolar.

Sobre a percepção e o conhecimento do entorno da escola e da sua história e a história da região onde ela se situa, para o ano letivo de 2019 a SEMED/Japeri desenvolveu ação ligada ao avanço do projeto da Educação do Campo no município e o seu aprimoramento, com a criação de um plano objetivando que cada escola concebesse meios para construir a história do lugar em que ela está inserida.

No caso da EMSA, foram dados alguns passos: a preocupação e a disposição em conhecer e divulgar a história do lugar a partir das histórias de seus alunos contadas por eles mesmos e pelos seus familiares, bem como o estreitamento dos laços com o meio acadêmico no sentido de compartilhar informações e história do lugar.

Segundo Machado et al. (2020 apud BICALHO et al, 2020, p. 126-127),

Ao perceberem que o processo educacional ocorre em ambientes bem mais amplos do que a escolarização, sendo inserido num contexto cultural específico e que a escola não é o único agente do processo educacional, os educadores e educadoras da Escola Municipal Santo Antônio elegeram a Educação Patrimonial como uma das aliadas da Educação do Campo, uma vez que seus objetivos, princípios e diretrizes concorrem para descoberta, redescoberta e criação vínculos identitários entre os sujeitos do campo.

Analisando o PPP das escolas do campo no sentido de perceber se o mesmo contempla as memórias das lutas dos lavradores, e respondendo se



existem materiais escritos, publicações ou relatos escritos/gravados das memórias coletivas das lutas camponesas, podemos dizer que as memórias dessas lutas ainda se encontram submersas nas mentes daqueles que dela participaram direta e ativamente bem como daqueles que as acompanharam de longe, como também de seus descendentes, havendo muito pouco material pesquisado, sistematizado e publicado.

Desse modo, refletindo sobre o acima exposto, temos que considerar que muitas vezes a presença das memórias coletivas das lutas pela terra travadas em Japeri nas práticas pedagógicas do cotidiano das escolas rurais pode não ser percebida, num primeiro momento, na ‘superfície’ das mesmas, tendo em vista que os elementos envolvidos – corpos docente e discente - têm poucas informações sobre as mesmas. Mas elas estão lá.

Uma das estratégias para que elas ‘venham até a superfície’, está no encontro, na conversa e no compartilhamento dos saberes e memórias das gerações mais antigas desses lugares com as gerações mais novas no espaço formal da escola. Não necessariamente, pensar em projetos tal como a área educacional concebe, mas iniciar abrindo esses espaços, puro e simplesmente, para o sentar e ter ‘um dedo de prosa’ entre moradores antigos e os alunos, lembrando que muitos desses moradores são avós e bisavós dos docentes e discentes dessas unidades escolares.

Sendo assim, mesmo que haja dificuldades decorrentes da ausência do conhecimento sobre os conflitos pela posse da terra em décadas passadas, entendemos que é viável, oportuno e necessário que essas escolas continuem a desenvolver e a ampliar as ações que possibilitem a construção das memórias coletivas de forma que, no futuro, elas passem a integrar suas práticas pedagógicas.

Respondendo as perguntas: como docente eu quero e posso atuar como promotor e mediador na construção das memórias coletivas sobre os movimentos dos lavradores da região onde a escola está situada? O que e como devo fazer?, os docentes da EMSA elaboraram um projeto de Educação Patrimonial cujos objetivos, dentre outros, destacamos o “*envolver a participação*



*da comunidade* no processo de levantamento dos bens culturais de lugar ou de grupo(s) social(s) que possuem referências no território”. (IBIDEM, p. 129-130).

Embora existam barreiras que possam inibir e desestimular os docentes da EMSA no sentido de desenvolver e aplicar práticas escolares que remetam aos princípios da Educação do Campo, os mesmos renovam as forças e buscam, por exemplo, conhecer a história e a realidade do entorno da escola.

E não somente isso. Como vimos acima, eles têm procurado apoio nos meios institucionais para continuarem a sua formação pedagógica, procurando aprender, dominar e aplicar os princípios da Educação do Campo em seus fazeres educativos cotidianos na EMSA.

### **Educação do Campo: instrumento possível na construção das memórias coletivas campesinas**

Na caminhada da investigação para alcançar o escopo pretendido, propõe-se nesse tópico pensar o modelo de Educação do Campo como instrumento possível na construção da memória coletiva sobre os movimentos de luta pela terra.

Paulo Freire, que compreendia a educação como não limitada tão somente ao contexto escolar, mas indo além através do diálogo com as relações sociais que se estabelecem na sociedade, acreditava numa prática educativo-crítica na qual as condições de verdadeira aprendizagem fazem com que os educandos se transformem ao longo do processo “em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado”, assumindo-se como “ser social e histórico, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 1998, p. 29) e cuja essência é o homem como “sujeito de sua própria educação” e não como “objeto dela”. (IDEM, 1979, p. 28).

Conforme preceitua a Resolução CNE / CEB nº 1/2002 (BRASIL, 2012, p. 33), “a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros.”



Essa resolução reconhece que a escola do campo tem uma dinâmica e uma realidade que lhe é peculiar, cuja identidade é delineada por essa realidade que por sua vez é construída mediante os saberes que os alunos trazem consigo.

Já a Resolução CNE/CEB nº 2/2008 (IBIDEM, p. 54), aponta no sentido de que a nucleação das escolas do campo e os deslocamentos dos alunos da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental sejam sempre evitados e que, quanto aos anos finais, havendo a necessidade da nucleação, que sejam considerados os seguintes aspectos: a participação da comunidade na decisão a ser tomada; a distância do percurso e o tempo a ser dispendido para o deslocamento casa-escola, bem como a garantia do transporte dos alunos.

Dessa forma, a partir das abordagens acima, podemos dizer que Educação do Campo, tal como gestada no I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENERA) (1997) e na I Conferência Nacional de Educação do Campo (1998)<sup>19</sup>, pode ser compreendida como uma construção coletiva oriunda das “demandas dos movimentos camponeses na construção de uma política educacional para os assentamentos de reforma agrária” (MANÇANO, 2006 apud MOLINA, 2006, p. 28) e vinculada às questões sociais específicas à cultura e à luta do campo (MANÇANO, 1999 apud ARROYO, 1999), extrapolando os limites de uma escola do ABCdário desconectada da realidade do aluno e do seu território, seu espaço de vida.

Sendo norteada por esses princípios, a Educação do Campo é um espaço favorável para se pensar a respeito da necessidade das disciplinas se comunicarem entre si e consigo mesmas, seguindo um objetivo comum no contexto daquilo que é próprio da realidade campesina.

Mas para que isso ocorra, é necessário que o profissional da educação tenha uma postura crítica em relação a sua prática pedagógica. Souza (2012, p. 24) destaca que:

Uma prática pedagógica crítica necessita de um profissional que desafia sua própria formação, que exercita a tomada de posicionamento na escolha e na construção da sua concepção de educação. [...] Três atitudes são fundamentais para uma prática pedagógica crítica: saber observar rostos, gestos, traços culturais; saber ouvir e saber conhecer; inquietar-se com as

---

<sup>19</sup> Nessa Conferência foi criado o Movimento Por Uma Educação Básica do Campo.



características da realidade. [...] Conhecimento é muito mais do que busca ou transmissão de informações. [...] Conhecimento requer compromisso, planejamento, reflexão e indagação especialmente. Surge do encontro (estabelecimento de relações) entre saberes cientificamente reconhecidos e aqueles saberes do cotidiano, da experiência.

Ou seja, a autora chama-nos a atenção para a questão do educador adotar uma postura crítica, primeiramente, em relação a si mesmo, a sua postura, ao seu saber, bem como reconhecer as especificidades de cada realidade respeitando os saberes oriundos e construídos nas trajetórias do ser humano.

Portanto, na perspectiva da Educação do Campo, o espaço formal da escola é apenas um ambiente de conhecimento que pode e deve ser compartilhado e integrado aos chamados espaços não formais.

Nesse sentido, alguns passos já têm sido dados pela prefeitura de Japeri, conforme apresentado no tópico *Construção das memórias coletivas possíveis dos movimentos camponeses: limites e possibilidades das escolas municipais rurais*, mas que reforçamos aqui, de acordo com o relato de Machado et al. (2020 apud BICALHO, 2020, p. 104-105):

Em Japeri, os primeiros passos dados no sentido de refletirmos acerca das práticas pedagógicas nas escolas do campo ocorreram no ano de 2009, quando o município participou do Programa Escola Ativa. Naquele momento, educadores e educadoras das escolas do campo tiveram a oportunidade de participar de uma série de encontros e formações destinados às unidades que atuavam com turmas multisseriadas.

Pelo exposto acima, evidencia-se o despertar dos docentes de Japeri no sentido de, ao proporem refletir sobre suas práticas pedagógicas, caminharem ao encontro de uma educação que abarque diversas formas de conhecimento, reconhecendo a diversidade e a realidade das escolas do campo.

Assim sendo, partindo do fundamento de uma escola organizada coletivamente, concebendo-a enquanto espaço formal de conhecimento mas, também, como uma de suas dimensões, entende-se ser oportuno que os moradores das regiões onde se situam as escolas municipais rurais de Japeri junto com a comunidade escolar e Secretaria de Educação permaneçam dialogando no sentido de ampliar as práticas pedagógicas em direção ao que



preceitua a Educação do Campo enquanto modalidade de ensino para as suas escolas do campo.

Apoiado no acima exposto, é que defendemos a Educação do Campo como instrumento possível de construção das memórias coletivas campesinas no município de Japeri.

### **Considerações Finais**

A presente investigação, que se propôs examinar os limites e as possibilidades das Escolas do Campo de Japeri/RJ como promotoras e mediadoras na construção das memórias coletivas possíveis sobre os movimentos campesinos ocorridos entre as décadas de 1940 e 1970 nesse município constatou que há dificuldades decorrentes da ausência do conhecimento sobre os conflitos pela posse da terra em décadas passadas, mas que é viável, oportuno e necessário o desenvolvimento de estratégias que possibilitem a construção das memórias coletivas de forma que, no futuro, elas passem a integrar as práticas pedagógicas dessas escolas.

A investigação indica caminhos possíveis de serem percorridos pelas escolas do campo no sentido de conectar às suas práticas pedagógicas as memórias coletivas daqueles movimentos, mediante o reconhecimento dos saberes que seus alunos trazem da vivência cotidiana consigo mesmos, com os outros e com a natureza. Ou seja, ligar os saberes que seus alunos possuem sobre o lugar em que moram com saberes da escola.

Dessa forma, acredita-se na possibilidade da soma dos esforços dos vários elementos envolvidos na construção de uma concepção de Educação do Campo, defendida aqui como um instrumento viável dessa construção, voltada para as Escolas do Campo, educação essa que pode e de ser um instrumento de construção das memórias coletivas dos movimentos de luta pela terra.

Por fim, os dados obtidos pela pesquisa mostraram-se importantes para os futuros estudos sobre os movimentos campesinos de luta pela terra, em especial Japeri, conectados ao fazer pedagógico das escolas do campo, como preceitua a Educação do Campo.



## Referências

ARROYO, Miguel Gonzalez; MANÇANO, Bernardo. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: NEAD, 1999. (Coleção Por uma Educação do Campo, v. 2). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017.

BICALHO, Ramofly et al. (Orgs.). **Classes multisseriadas, práticas pedagógicas e estudo da realidade nas escolas do campo do Estado do Rio de Janeiro**. Goiânia: Kelps, 2020.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: Ensaios de Psicologia Social. 3. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A Reprodução**: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino. Tradução de Reynaldo Bairão. Revisão de Pedro Benjamim Garcia e Ana Maria Baeta. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Legislação brasileira sobre educação**. 4. ed. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2017, p. 27-68.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI. Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Educação do Campo**: marcos normativos. Brasília, DF: SECADI, 2012, p. 33-56. Disponível em: [http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib\\_educ\\_campo.pdf](http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/bib_educ_campo.pdf). Acesso em 20 de abr.2017.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 30. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Educação e Comunicação, vol. 1).

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998. (Coleção Leitura).

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. (Orgs.). **Métodos de Pesquisa**. Coordenação da Universidade Aberta do Brasil–UAB/UFRGS e do Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

JAPERI. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Santo Antônio**. Japeri, RJ, 2018.

MACHADO, Romário Silveira et al. Raízes de Japeri e o Programa Escola da Terra: uma proposta para a Educação do Campo no município. In: BICALHO,



Ramofly et al. (Orgs.). **Classes multisseriadas, práticas pedagógicas e estudo da realidade nas escolas do campo do Estado do Rio de Janeiro**. Goiânia: Kelps, 2020, Cap. 4, p. 101-135.

MANÇANO, Bernardo. Por uma Educação do Campo. In: ARROYO, Miguel Gonzalez; MANÇANO, Bernardo. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: NEAD, 1999, p. 39-50. (Coleção Por uma Educação do Campo, v. 2). Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaodocampo/edbasicapopular.pdf>>. Acesso em: 02 set. 2017.

MANÇANO, Bernardo. Os campos da Pesquisa em Educação do Campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, Mônica Castanha. (Org.) **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p. 27-39. Disponível em: <[gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-e-pesquisa-questoes-para.pdf/view](http://gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-e-pesquisa-questoes-para.pdf/view)>. Acesso em: 02 set. 2017.

MOLINA, Mônica Castanha. (Org.). **Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão**. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. Disponível em: <[gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-e-pesquisa-questoes-para.pdf/view](http://gepec.ufscar.br/publicacoes/livros-e-colecoes/livros-diversos/educacao-do-campo-e-pesquisa-questoes-para.pdf/view)>. Acesso em: 02 set. 2017.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016. (Coleção Ideias).

SILVA, Bráulio Rodrigues da. **Memórias da luta pela terra na Baixada Fluminense**. Organizado e apresentado por Leonilde Sérvolo de Medeiros. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2008.

SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

## Sobre os autores

### Cristina Xavier

crisrochax@gmail.com

Mestre em Educação pelo PPGEduc – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Especialista em História do Brasil pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Bacharel e Licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. Professora Docente I da Rede Pública de Educação do Estado do Rio de Janeiro.

### Ramofly Bicalho

ramofly@gmail.com

Professor Associado na UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Campus Seropédica. Lotado no Departamento de Educação do Campo,



Movimentos Sociais e Diversidade. Docente na Licenciatura em Educação do Campo, no PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola e no PPGEduc – Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Pós-Doutorado em Educação na Universidade Federal Fluminense – UFF. Atua com as seguintes temáticas: História da Educação do Campo e Movimentos Sociais. Educação Popular e Educação de Jovens e Adultos.

